ISSN: 2358-8829

PERFIL DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTA CRUZ-PB: RESULTADOS DE UM CENSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Mateus Lima Vieira [1]
Nadi Pereira Alves [2]
Virginia Alves Sarmento [3]
Jessica Duarte Ribeiro Vieira [4]

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva compõe um princípio fundamental para a garantia do direito à educação, reconhecendo a diversidade dos estudantes e buscando assegurar condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência na escola. No Brasil, esse compromisso encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelecem a educação como direito da pessoa com deficiência e atribuem ao poder público a responsabilidade de promover sistemas educacionais inclusivos.

Embora a ampliação das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares represente um avanço, o cumprimento da inclusão exige ações que ultrapassem o acesso. Silva e Paz (2024) destacam a importância de garantir condições adequadas para que os estudantes não apenas ingressem na escola, mas também permaneçam e desenvolvam suas potencialidades. De modo semelhante, Silva et al. (2025) apontam que, apesar dos avanços observados nos indicadores educacionais, persistem desafios relacionados à acessibilidade, à formação docente e às desigualdades socioeconômicas. Cantorani, Pilatti e Silva (2025), ao analisarem os resultados da Meta

[1] Mestre em Gestão das Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vieira.mateus.adm@gmail.com;
[2] Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba- UFPB, nadipereira10@gmail.com;
[3] Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, vivi-sarmento@hotmail.com;
[4] Graduanda do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, arquiteta.jessicavieira@gmail.com.

4 do Plano Nacional de Educação, evidenciam a importância do monitoramento das políticas de inclusão e das desigualdades que atravessam a escolarização.

Nesse cenário, conhecer o perfil dos estudantes e suas condições sociais, familiares e de saúde é importante para o planejamento de políticas públicas e práticas pedagógicas contextualizadas. Santos (2025) ressalta a importância dos dados educacionais para compreender a presença e a distribuição dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Ecker e Pontarolo (2024), por sua vez, contribuem para a reflexão sobre a educação inclusiva e a necessidade de considerar as reais condições que envolvem os sujeitos e suas trajetórias.

Diante disso, este estudo tem como objetivo apresentar o perfil dos estudantes público-alvo da Educação Especial identificados na rede municipal de ensino de Santa Cruz-PB, considerando características sociodemográficas, familiares, socioeconômicas, acesso a políticas sociais e informações relativas à saúde e aos diagnósticos. Busca-se contribuir para o conhecimento da realidade local e subsidiar o planejamento de ações intersetoriais e educacionais voltadas à inclusão.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida a partir do Censo da Educação Inclusiva realizado na rede municipal de ensino de Santa Cruz-PB, no ano de 2025. O levantamento foi conduzido em cinco escolas municipais ativas, que, no período de referência, contabilizavam 715 matrículas. A pesquisa identificou 49 estudantes público-alvo da Educação Especial, cujas famílias participaram do levantamento.

A coleta de dados ocorreu entre março e junho de 2025, por meio de questionário com questões quantitativas e qualitativas, aplicado às famílias por uma equipe multidisciplinar. A participação foi voluntária, mediante concordância e assinatura do termo de consentimento. O instrumento contemplou informações sobre características pessoais dos estudantes, composição e condições socioeconômicas familiares, acesso a benefícios sociais, informações de saúde e diagnósticos relatados.

Os dados foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, com frequências absolutas e relativas, e sistematização das informações qualitativas. A análise apresentada neste trabalho concentra-se nos 49 participantes considerados no

levantamento inicial e nos dados sintetizados no relatório municipal e no pôster da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento identificou predominância de estudantes do gênero masculino, que correspondem a 79,6% dos participantes, enquanto 20,4% são do gênero feminino. Quanto à idade, observou-se maior frequência aos 11 anos, com seis estudantes (12,2%). As idades de 3, 7 e 9 anos registraram cinco estudantes cada (10,2%). Ao considerar a Educação Infantil, 13 participantes (26,5%) estavam nessa etapa, 20 (40,8%) frequentavam os anos iniciais do Ensino Fundamental e 16 (32,7%), os anos finais.

Em relação à autodeclaração de raça/cor, 55,1% dos estudantes foram identificados como pardos, 40,8% como brancos e 4,1% como pretos. A distribuição indica a relevância de considerar as dimensões de raça/cor e gênero no planejamento de políticas educacionais, reconhecendo que a experiência da inclusão escolar é atravessada por diferentes contextos sociais.

Quanto à localização, 25 estudantes (51%) residiam na zona urbana e 24 (49%) na zona rural. A proximidade entre os percentuais evidencia a necessidade de considerar as especificidades territoriais no planejamento da oferta de serviços educacionais e de apoio, especialmente em relação ao transporte, ao acompanhamento especializado e à articulação com a rede de proteção social.

Os dados referentes à moradia indicaram que 57,1% das famílias residiam em imóvel próprio, enquanto 20,4% viviam em imóveis alugados, 16,3% em imóveis cedidos e 6,1% em moradias compartilhadas. Assim, 42,9% dos participantes não residiam em imóvel próprio, aspecto que, associado a outras condições socioeconômicas, pode representar vulnerabilidade habitacional.

Em relação à composição familiar, predominavam famílias com quatro integrantes, que correspondiam a aproximadamente 45% dos casos. Foram identificadas também três famílias com seis ou mais membros. No que se refere à renda, 36,7% das famílias declararam rendimento inferior a um salário mínimo, 38,8% renda de um salário mínimo, 14,3% de dois salários mínimos e 10,2% de três salários mínimos.

Os dados demonstram que cerca de três quartos das famílias participantes declararam renda de até um salário mínimo. Esse cenário reforça a importância de compreender a inclusão escolar em articulação com as condições materiais de vida das famílias. Conforme apontam Cantorani, Pilatti e Silva (2025), as desigualdades socioeconômicas constituem um aspecto relevante na análise da escolarização do público-alvo da Educação Especial.

O levantamento também identificou o acesso das famílias a políticas e serviços sociais. O Bolsa Família foi informado por 59,2% dos participantes, enquanto 30,6% recebiam o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Passe Livre foi mencionado por 16,3% das famílias e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por 14,3%.

A presença desses benefícios evidencia a importância das políticas de proteção social para parte expressiva das famílias. O acesso a programas de transferência de renda, benefícios assistenciais e serviços de convivência pode contribuir para o enfrentamento de vulnerabilidades, embora os dados, por si só, não permitam avaliar seus efeitos sobre a escolarização dos estudantes.

A articulação entre educação, assistência social e saúde torna-se, portanto, relevante para a construção de respostas que considerem as necessidades dos estudantes e de suas famílias de forma integrada.

No que se refere às informações de saúde e aos diagnósticos relatados, o levantamento identificou estudantes com condições relacionadas a deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento. No conjunto apresentado no pôster, 67,3% dos casos foram categorizados como relacionados a deficiências e 32,7% a transtornos. Foram identificados 23 estudantes com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 12 com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Além disso, 18 estudantes apresentavam mais de um diagnóstico informado. A ocorrência de condições associadas aponta para a diversidade de necessidades existentes entre os participantes e reforça a importância de evitar abordagens homogêneas no atendimento educacional. O relatório também reúne informações sobre laudos, idade do diagnóstico e condições associadas, evidenciando a relevância do acompanhamento articulado entre família, escola e serviços de saúde.

Esses dados devem ser compreendidos como informações declaradas no contexto do levantamento, não como avaliação clínica independente. No âmbito educacional, sua contribuição está em apoiar o planejamento de recursos, estratégias pedagógicas e serviços de apoio, considerando as necessidades específicas de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo realizado na rede municipal de Santa Cruz-PB permitiu identificar características sociodemográficas, familiares, socioeconômicas e de saúde dos 49 estudantes participantes. Os resultados apontaram predominância de estudantes do gênero masculino, distribuição entre zona urbana e rural, concentração nas famílias com renda de até um salário mínimo e presença expressiva de beneficiários de políticas sociais.

As informações também evidenciaram a diversidade das condições relacionadas à deficiência e aos transtornos do neurodesenvolvimento, incluindo a ocorrência de mais de um diagnóstico informado por parte dos estudantes. Esses resultados reforçam a importância de ações educacionais que considerem as necessidades individuais e o contexto familiar e social dos estudantes.

Como contribuição, o levantamento oferece subsídios para o planejamento de políticas públicas locais e para o fortalecimento da articulação entre educação, saúde e assistência social. Entre as limitações, destaca-se o caráter descritivo e local do estudo, que não permite generalizar os resultados para outras redes de ensino. Recomenda-se a atualização periódica dos dados e a realização de estudos que aprofundem a relação entre perfil dos estudantes, condições de atendimento educacional e trajetórias escolares.

Palavras-chave: Resumo expandido; Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. Educação inclusiva no Brasil: avaliação dos resultados e estratégias da meta 4 do PNE. **Revista Lusófona de Educação**, n. 66, 2025.

ECKER, Daiana Aparecida Furlan; PONTAROLO, Edilson. **Direito à educação inclusiva: Análise dos indicadores de acessibilidade nas escolas do contexto brasileiro**. 2024.

SANTA CRUZ (PB). Secretaria Municipal de Educação. Relatório do Censo da Educação Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Santa Cruz-PB: ano de realização 2025. Santa Cruz, PB: **Secretaria Municipal de Educação**, 2025. Relatório de pesquisa.

SANTOS, Mary Luce Marinho da Costa. Educação Infantil para Todos: Um olhar à luz do Censo Escolar 2023. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v. 11, n. 8, ago. 2025.

SILVA, André Costa da *et al*. Educação Inclusiva em Números: Uma Análise segundo o Censo Escolar (2014 – 2024). **Revista Regeo**, São José dos Pinhais, v.16, n.5, p.1-17, 2025.

SILVA, Luann Maia da; PAZ, Diego Armando de Sousa. Evolução e a Importância da Educação Inclusiva no Brasil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v.09, 2024.